



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB

A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO REGULAR

ELIANE MARTINS SILVA DUTRA

ORIENTADORA: SUSANA SILVA CARVALHO

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP



Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

ELIANE MARTINS SILVA DUTRA

A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO REGULAR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Ipatinga. Orientadora:
Professora Susana Silva Carvalho

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIANE MARTINS SILVA DUTRA

A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO REGULAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em ___/___/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores: ROSANIA APARECIDA STOCCO DE OLIVEIRA

SUSANA SILVA CARVALHO (Orientador)

ROSANIA APARECIDA STOCCO DE OLIVEIRA (Examinador)

ELIANE MARTINS SILVA DUTRA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus colegas de educação especial que sempre me apoiaram nos estudos feitos em grupo, sempre discutiram e refletiram nas ações em prol de nossos alunos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu criador. Agradeço ao meu marido que sempre me apoiou, a minha filha fonte de inspiração.

RESUMO

Este trabalho aborda o tema inclusão do deficiente visual no ensino regular, em uma escola, na rede regular de ensino de Ipatinga-MG. O objetivo desse trabalho foi oportunizar reflexões e caminhos possíveis para a qualificação prática e teórica da inclusão do deficiente visual. Tendo em vista a importância do tema e a necessidade em saber lidar com a diversidade na escola é que se propôs uma pesquisa qualitativa descritiva para identificar o que pensam os professores que trabalham nesta Escola sobre a inclusão de alunos com deficiente visual. Investigou-se as metodologias e estratégias de ensino, os aspectos facilitadores e dificultadores encontrados pelos professores e sobre a importância da parceria escola-família na inclusão de crianças com deficiente visual. Para embasamento teórico fez-se estudo de vários autores dentre eles Barraga (1986), Martin (2003), Conde (2010), Sá (2010) e Maciel e Raposo (2010) entre outros. Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário com perguntas objetivas e subjetivas, que foram respondidos por 08 professores (A1,A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8). Os dados coletados foram consolidados e analisados a partir do diálogo com os autores. A partir dos dados foi possível conhecer os professores, suas ansiedades e suas limitações. Ansiedade pela busca de capacitação e valorização, desmotivados pelas falta de apoio, e condições de trabalho e outros fatores pertinentes aos alunos com necessidades especiais.

Palavras chaves: cegueira, inclusão, alfabetização, metodologia, aprendizagem

SUMÁRIO

	RESUMO	
	APRESENTAÇÃO	09
I -	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1	Reflexões sobre o Desenvolvimento das Crianças e a Cegueira	
1.1.1	Participação das Famílias	
1.2	Caracterização do Deficiente Visual	14
1.3	Breve Histórico sobre os Deficientes Visual	15
1.4	Educação Especial no Brasil	16
1.5	Novas Perspectivas na Formação do Professor	17
1.6	É possível incluir deficiente visual em escola comum?	18
II	OBJETIVOS	21
III	METODOLOGIA	22
IV	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
V	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	35
	APÊNDICES	37
	A – Questionário para os professores (Modelo)	
	ANEXOS	
	A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	
	B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	
	C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)	

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Situação dos Professores na Escola	24
Quadro 02 – Atendimento dos Professores	28
Quadro 03 – Prática dos Professores	28/29/31

APRESENTAÇÃO

Devido ao despreparo, às situações desagradáveis de acolhida e até mesmo a falta de conhecimento das pessoas, incluindo corpo docente, em lidar com os portadores de baixa visão a presente pesquisa visa refletir sobre a inclusão do deficiente visual nas escolas de ensino regular no que tange aos aspectos pedagógicos e fundamentação legal, além de apresentar um questionário de pesquisa sobre a opinião da comunidade escolar do bairro sobre a inclusão de deficientes visuais nas escolas de ensino regular. .

A Lei assegura que todos os cidadãos (indiferentes de classes sociais, credo, raça, sexo) têm direito à educação. Mas até que ponto estão tendo esta educação? Será que todo cidadão está tendo o direito de estar inserido no sistema educacional em sua totalidade e não simplesmente na sua permanência em sala? Enquanto diretora de uma instituição inclusiva percebe-se as dificuldades da inserção dos educandos especiais que são atendidos no Centro de Atendimento Multidisciplinar (CENAM). Se estes encontram dificuldades, imagine os educandos cegos, o quanto é difícil? Partindo deste princípio, que todos devem saber quais os parâmetros para a inclusão, foi elaborado um questionário para sondar quais as informações pertinentes ao deficiente visual a comunidade escolar de meu bairro sabem.

O tema proposto deste projeto vem de encontro a tais perguntas onde se faz necessário analisar a situação dos deficientes visuais, como sua inclusão esta sendo feita, qual a participação docente, qual amparo legal ele encontra, pois percebe-se que existe um grande número de pessoas com necessidades educativas especiais que precisam e têm o direito de estarem inseridas no processo educacional, e no entanto encontram-se fora.

As escolas de ensino regular recusam matrícula e estimulam as famílias a procurarem escolas especializadas. Pois as mesmas não dispõem de profissionais capacitados, acessibilidades, ou mesmo, por desconhecimento sobre este tipo de deficiência. Hoje se fala muito sobre a inclusão social, mas quem leciona numa escola com média de quarenta alunos por sala, sabe bem a dificuldade de incluir um portador de necessidades educativas especiais, neste caso específico “visual”.

Porque, como o próprio nome diz; portador de necessidade especial. Qual a sua necessidade? Necessita de uma atenção e orientação diferenciada?

O educador na maioria das vezes, além, de não conhecer o sistema Braille, não encontra na sala materiais didáticos e recursos adequados ao atendimento dessas pessoas. Ao presenciar isto na escola regular, percebe-se que ao invés de incluir os educandos com necessidades educacionais especiais, no entanto depara-se com um paradoxo, pois para que a inclusão ocorra de fato, exclui-se os trinta e nove ditos “normais” ou exclui-se apenas um. Os dizeres de Sá, (2005) nos diz o seguinte: “Aqui não é lugar para ele. Não é melhor procurar uma escola de cegos? Lá ele (ou ela) vai poder estudar com seus iguais e tudo ficará mais fácil.”

Atualmente, a polêmica está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas e no interior das escolas em decorrência dos direitos adquiridos e homologados em um razoável aparato legal. Mas, sabe-se que a legislação, não pode garantir de fato a educação de qualidade para todos. Pois a falha no sistema educacional é agravante e que vem se perpetuando por longos anos. Baseado nisto, pode-se dizer que ainda é quase remota ou mesmo utópica, diante da precariedade de investimentos na área da educação, a inclusão escolar das pessoas com deficiências.

Para que possa desenvolver a socialização, a cultura e o convívio com outras crianças da mesma faixa etária, ela tem o direito de estudar em uma escola comum. Silva (2008) afirma que a pessoa que frequenta a escola se sente mais reconhecido socialmente do que aquele que não frequenta. Infelizmente em nossa sociedade atual ainda existe preconceitos contra o deficiente, negros, dentre outros. Sabemos que desde o início da civilização que a beleza é relevante e na atualidade a mídia reforça. Um ser humano que não se enquadra no padrão estético de beleza, ditada pela sociedade, é excluído e serve de risos para os outros. Ainda mais se esta pessoa for portadora de alguma anomalia. Graças ao empenho de muitas pessoas esta realidade começa a mudar, pois os efeitos drásticos e covardes do ser humano com o outro diferente estão sendo minimizados. Após a Declaração de Salamanca em 1994, os Direitos Humanos em 1988, dentre outros, a sociedade a passos lentos se adapta as necessidades de inclusão do portador de necessidades especiais não só no âmbito educacional, mas também nas adaptações da sociedade como um todo.

Sabe-se que atualmente existe uma grande preocupação em integrar e incluir pessoas com deficiência visual e outros portadores de necessidades especiais, e diante de tal dissertação é relevante buscar informações a respeito dessa nova

forma de propiciar o que garante a Constituição Brasileira quando cita que a educação é um direito de todos, e analisar de que maneira essa inclusão ocorre nas escolas. Este se torna o objeto desta pesquisa, refletir e informar a quem possa interessar sobre os caminhos percorridos dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais em específico os deficientes visuais para concretização da verdadeira inclusão.

Para efetivação dos objetivos este trabalho foi dividido em partes. A primeira com a Fundamentação Teórica, dividida em tópicos, abordando: no primeiro tópico as reflexões sobre o desenvolvimento da criança cega. No segundo tópico faz uma análise das características do deficiente. O terceiro apresenta um breve histórico do deficiente visual. E finalizando no quarto capítulo a Educação Especial no Brasil sendo apresentadas as ações interativas para a inclusão.

A segunda parte encontra-se descritos os objetivos do trabalho. Na terceira parte tem-se a Metodologia aplicada nesta pesquisa que tem como parâmetros as idéias básicas de Maciel e Raposo (2010, p. 74) sobre o enfoque construtivista que defende “o sujeito humano como um ser ativo, que dispõe de uma competência cognitiva que lhe permite ser construtor do seu próprio conhecimento e a noção da importância do contexto para aprendizagem.” Foram participantes desta pesquisa 8 professores denominados A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, por questões éticas que responderam um questionário com perguntas pertinentes ao assunto. E, como concretização empírica deste trabalho um tópico com os Resultados e Discussão, sobre os dados coletados em questionário.

I FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Sabe-se para que de fato para que a inclusão aconteça são necessárias várias mudanças e o cumprimento às diversas leis, como: acessibilidade, capacitação de profissionais na área, dentre outros, e não apenas uma reforma do pensamento e da escola, mas também a conscientização e transformação da sociedade em geral, através de programas de conscientização e respeito ao educando com Necessidades Educacionais Especiais.

1.1 Reflexões sobre o Desenvolvimento da Criança e a Cegueira

Caracterizar o deficiente visual é requisito básico para prescrever os tipos de atendimento as crianças cegas.

Silva (2008), classifica os portadores de cegueiras em dois grupos: os cegos congênitos e os portadores de cegueira adquirida, para que sejam oferecidos programas de reabilitação compatíveis. Silva, ao distinguir estes dois tipos de cegueiras nos possibilita perceber que uma pessoa que nasce cega, precisará utilizar vários sentidos sinestésicos para desenvolver o aprendizado, tais como: o tato, a audição, o olfato, o paladar e o sistema Braille de leitura e escrita. Já uma pessoa que adquire a cegueira em determinada fase de sua vida, precisa readaptar-se, porque ela já teve um breve conhecimento através do campo visual. Outros autores como Conde, (2008) também classificam as pessoas com deficiência visual em dois grupos: cegos e com visão parcial ou reduzida. Ainda para ele foi acrescentado ao lado de “cegueira” o termo “subvisão” (“low vision”, em língua inglesa). Ao analisarmos os estudos de Conde, notamos que a definição para cegueira é ampla e engloba todos e quaisquer incapacidade visual.

1.1.1 Participação da Família

Para Mittler (2003) os efeitos indiretos da cegueira são determinados pela cultura e pelo ambiente, são extrínsecos e podem ser minimizados por programas de prevenção, orientação aos pais e esclarecimentos a comunidade.

O ambiente familiar é o primeiro ambiente de contato de crianças em fase de descoberta do mundo. Esta descoberta se dá através do brincar consigo, com o outro ou com o adulto. Os pais se tornam a referência para futuras atitudes e comportamentos, formação adequada da personalidade.

Para Piaget (1989 p. 56), “a brincadeira infantil é uma assimilação quase pura do real ao eu, não tendo nenhuma finalidade adaptativa”. A criança pequena sente constantemente necessidade de adaptar-se ao mundo social dos adultos, cujos interesses e regras ainda lhe são estranhos, e há uma infinidade de objetos, acontecimentos e relações que ela ainda não compreende.

Piaget e Inhelder (1989 p. 57), afirmam que,

A criança brinca porque é indispensável ao seu equilíbrio afetivo e intelectual que possa dispor de um setor de atividade cuja motivação não seja a adaptação ao real senão, pelo contrário, a assimilação do real ao eu, sem coações nem sanções (...).

O que permite que a brincadeira aconteça, é o papel assumido pelas crianças. Ele revela sua natureza social, e possibilita o desenvolvimento das regras e da imaginação. Bomtempo (2002) diz que “A manipulação do brinquedo leva a criança à ação e à representação, a agir e a imaginar”.

Assumindo papéis a criança se transforma no adulto que gostaria de ter ao seu lado. Ao interpretar estes papéis a criança é capaz de lidar com muitas e complexas dificuldades psicológicas além de estabelecer uma relação entre a imaginação e os papéis assumidos obedecendo às regras sociais do papel. Passa do papel passivo para o papel ativo reduzindo o efeito traumático de alguma experiência e deixando-a preparada para assumir novamente o papel passivo.

Vygotsky também analisa a emergência e o desenvolvimento da brincadeira nas relações sociais da criança com o mundo adulto. Segundo ele, na idade pré-escolar algumas modificações ocorrem no desenvolvimento da criança.

Leontiev (1984) citado por Vygotsky , (1987 p. 81), demonstra que o mundo objetivo que a criança conhece está continuamente se expandindo e, já não inclui apenas os objetos que constituem o ambiente que a envolve (como seus brinquedos, sua cama ou utensílios e objetos com os quais ela está sempre em

contato e sobre os quais pode agir), mas também os objetos com os quais os adultos operam e sobre os quais ela ainda não pode agir.

A brincadeira é, então, uma atividade que transforma o real, por assimilação quase pura às necessidades da criança, em razão dos seus interesses afetivos e cognitivos.

Assim através da ação, a criança organiza a sua estrutura mental. Ao impossibilitar a ação da criança, sua estrutura mental enrijece, deixando de desenvolver conexões internas ágeis e funcionais. Brincar é uma maneira de arquivar o vivido de uma forma internalizada, sistêmica, abstrata e lógica.

Friberg (1989) diz que o ambiente familiar e a atitude dos pais afetam bastante o desenvolvimento da criança. Sendo assim é necessário a conscientização dos pais, pois eles são os responsáveis pelo sustento físico e psicológico da criança. Direcionam e conduzem a vida da criança de forma sutil, são os atores coadjuvantes da vida da criança. Porém o que acontece é que muitas vezes os pais se sentem culpados por terem uma criança cega em casa e na maioria dos casos segundo Lowenfeld (1985), os pais experimentam sentimentos de culpa, pela cegueira do filho, devido a preconceitos morais e religiosos como pecado e erro.

1.2 Caracterização do deficiente visual

Uma característica da cegueira é a falta do sentido da visão. A cegueira pode ser total ou parcial; existem vários tipos de cegueira dependendo do grau e tipo de perda de visão, como a visão reduzida, a cegueira parcial (de um olho) ou o daltonismo. Segundo a definição do Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria de Educação Especial (1994), deficiência visual “é a perda ou redução total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica”. Ou seja, a deficiência visual é a incapacidade total ou a diminuição da capacidade de ver, provenientes da imperfeição do sistema visual ou do próprio órgão da visão subnormal (reduzida).

Barraga (1986), segundo ele existem três tipos de deficiência visual:

CEGOS: têm somente a percepção da luz ou que não tem nenhuma visão e precisam aprender através do método Braille e de meios de comunicação que não estejam relacionados com o uso da visão.

Portadores de VISÃO PARCIAL: têm limitações da visão à distância, mas são capazes de ver objetos e materiais quando estão a poucos centímetros ou no máximo a meio metro de distância.

Portadores de VISÃO REDUZIDA: são considerados com visão indivíduos que podem ter seu problema corrigido por cirurgias ou pela utilização de lentes. (BARRAGA, 1986 p.22)

É comum e de fácil identificação as pessoas que possuem algumas dessas deficiências visuais citadas acima. Pois geralmente utilizam-se artefatos para auxiliar e suprir suas necessidades visuais, tais como: óculos de grau, lentes de contato, bengala, etc.

Através da definição acima percebemos que existem vários tipos de anomalias visuais, que podem levar ao indivíduo a ter perda total ou parcial da visão. Encontramos ao longo da história, em cada época vários tratamentos dados aos deficientes, várias definições, que conduziram a tomadas de atitudes, decisões, e inúmeras leis.

1.3 Breve histórico sobre as deficiências VISUAL

Falar sobre deficientes parecia impossível. Quando surgiu o assunto sobre as deficiências mais ou menos na década de quarenta e cinquenta, onde começaram a se pensar em portadores de necessidades especiais, uma vez que muitos eram os feridos deixados pela guerra. Silva (2008) diz que hoje já se pode notar alguma evolução, porque notamos que as pessoas olham os deficientes como pessoas especiais e desta forma os permitem serem reconhecidos. Um reconhecimento que humaniza.

Os direitos elaborados na Declaração de Salamanca, em 1994, dentre outras declarações, fala sobre Educação para Todos e sua democratização, independente das diferenças particulares dos alunos. Um documento sobre os princípios, a política e a prática da Educação voltada para as necessidades especiais. O documento serviu para chamar a atenção quanto à urgência de ações que tornassem realidade

uma educação capaz de reconhecer as diferenças, promover a aprendizagem e atender às necessidades de cada educando individualmente.

Baseando-se na Declaração de Salamanca, hoje podemos ver a inclusão de pessoas de diversas etnias, culturas, camadas sociais e até mesmo portadores de necessidades especiais em sala comum. Isso só foi possível porque o processo de inclusão e integração ganhou força nos últimos anos. Pois o processo de inclusão visa garantir o que a Lei já assegurava há tempo, que todos somos iguais e temos direitos iguais.

1.4 Educação Especial no Brasil

A Educação Especial tem se desenvolvido no decorrer da história da Educação Especial no Brasil como uma modalidade assistencial aos deficientes. Neste sentido, cabe alertar que,

tanto na literatura educacional quanto em documentos técnicos, é freqüente a referência a situações de atendimento a pessoas deficientes (crianças e /ou adultos) como sendo educacionais, quando uma análise mais cuidadosa revela tratar-se de situações organizadas com outros propósitos que não o educacional. (MAZZOTTA,1996 citado por SILVA, 2008).

A década de 50 acabou sendo um marco do início da emancipação das pessoas cegas, pois foi quando o Conselho Nacional de Educação autorizou que estudantes cegos ingressassem nas Faculdades de Filosofia, dando a eles oportunidade profissional em nível superior. Também em 1950, foi instalada no Estado de São Paulo a primeira classe Braille em escolas de ensino regular em caráter experimental que posteriormente em 1953 oficializou-se.

A partir da década de 60 os serviços de reabilitação cresceram e se desenvolveram devido a um maior incentivo e apoio oferecido pelo governo. Em 1961, com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases 4024/61, a educação da pessoa com deficiência passou a ser integrada ao sistema regular de ensino. Na verdade essa integração não ocorreu pois o atendimento educacional ficava sob a responsabilidade de outras instituições particulares e subconveniadas pelo governo.

Com essa trajetória histórica traçada podemos observar que a partir da década de 80 as pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, passaram a serem sujeitos das ações de prevenção, reabilitação, inserção no mercado de trabalho e obtenção de direitos de cidadania. Analisando essa história é possível constatar que ser portador de necessidades especiais vai além das deficiências, pois engloba características de uma sociedade.

Sassaki (1997) citado por Silva (2008) afirma que em uma sociedade são observadas diversas fases no que se refere às práticas sociais: exclusão social, atendimento segregado, integração social e inclusão social; e que essas podem ocorrer simultaneamente.

A tendência é que cada vez mais seja observada a importância do Movimento de Inclusão Social, visto que ele visa muito além das pessoas com deficiência: ele visa um novo modelo de sociedade.

1.5 Novas Perspectivas na Formação do Professor

A eficácia da inclusão e aceitação da diferença/deficiência dependerá da metamorfose da escola e da sociedade num todo. Os papéis dos educadores neste movimento é de suma importância. Pois é através de suas capacitações e de suas reivindicações que teremos uma escola realmente inclusiva.

A incorporação da diferença/deficiência decorrerá de uma nova concepção de escola e de sociedade desejadas e a serem transformadas no cotidiano. Os educadores estão inevitavelmente implicados neste movimento. Para fazer frente às exigências de uma escola inclusiva, será primordial construir novas competências. Neste sentido, a formação e o aperfeiçoamento profissional cumprem um papel preponderante.

É de suma importância a formação em dupla perspectiva: a da formação geral e mudanças atitudinais; a do conhecimento técnico e habilitação específica. A instrumentalização da prática pedagógica não resulta apenas do domínio de técnicas ou de metodologias. A disponibilidade de serviços de apoio constitui suporte indispensável para professores, alunos e seus familiares. Mas, o domínio do Braille e outras aquisições específicas por si só, também não asseguram a inclusão

escolar bem sucedida. A disponibilidade, atitudes e posturas do educador serão decisivas no sentido de abrir ou fechar as possibilidades do conhecimento ou de descobrir ou ignorar as potencialidades de qualquer pessoa. Ou seja, o perfil pretendido será delineado pelo exercício da ação pedagógica.

Portanto, será primordial segundo Sá (2005);

conquistar tempos e espaços de formação que possibilitem a prática de reflexão e a reflexão sobre a prática e os processos coletivos, tendo por princípio a desmistificação da deficiência e as dimensões da ação educativa como concretização de posturas políticas na prática pedagógica. (SÁ, 2005).

A explicitação dos recursos existentes e nem sempre disponíveis, o reconhecimento de mecanismos de marginalização, segregação e exclusão contribuem para o desvelamento e a superação de preconceitos, estereótipos e estigmas. “A compreensão das representações e do imaginário social acerca da cegueira poderá contribuir para a distinção entre necessidades intrínsecas à deficiência e seus efeitos na perspectiva do atos cultural que a envolve”. (Sá, 2005).

A chamada Educação Inclusiva surgiu da importância dessa constatação. Ela veio revelar que a educação, no mundo todo, vem excluindo, cada vez mais alunos, em vez de incluir. Não é ao acaso que nós preferimos o nosso sistema de crenças, de estereótipos e de preconceitos. Eles mantêm a nossa crença de que as coisas não mudam, de que o real permanece continuamente, o mesmo, não se transformando. Portanto, o que vivemos em relação a Educação hoje, é um processo de patologização do processo ensino-aprendizagem, partindo de uma pré-concepção de que os alunos com deficiência não irá se encaixar no ensino regular. O fato de ser cega não lhe daria tantas limitações (não enxergar) quanto o preconceito e a piedade das pessoas que são responsáveis pelo seu processo de formação educacional. Mas essas reações nada mais são do que o fruto da ignorância, ou melhor, da falta de formação. A falta de formação é um processo silencioso, lento, progressivo e cumulativo de noções inadequadas sobre temas-tabu como a deficiência. “A falta de formação é o alicerce do preconceito e afasta as pessoas da realidade”. (SILVA, 2008).

1.6- É possível incluir deficiente visuais em escola comum?

Ao longo dos anos ações vêm sendo desencadeadas com base na filosofia da inclusão, mas foi na década de 80, que se evidenciou o surgimento do novo paradigma, visando superar a idéia do fracasso da integração centrada apenas no indivíduo deficiente (Jonsson, 1994); Mader (1997) citados por Mendes & Capellini, 2008). O termo “integração” vai sendo abandonado por pressupor a reinserção do indivíduo na estrutura normal da escola e na vida comunitária, sendo que a inclusão desde o início, visa não deixar ninguém excluído do ensino regular (Stainback e Stainback, (1997) citados por Mendes & Capellini, (2008). A conscientização inicial feita pelos pais facilita a inclusão visto que alguns pais tinham dificuldades de aceitar a deficiência visual ou qualquer outra deficiência do seu filho, e desta forma buscava em outro lugar, como por exemplo, na religião, a solução para a cegueira, retirando assim seu filho ou filha da escola. Esta mentalidade não prevalece em 100% hoje, mas ainda se encontra pais que fazem isto.

A inclusão é um processo mundial em crescimento e no Brasil é amparado por documentos legais tais como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) número 9394 (Brasil, 1996), Diretrizes Nacionais para Educação Básica (Brasil, 2001), que estabelecem vários níveis diferenciados de ação, no que se refere à sua natureza: política, administrativa e técnica, e que “deve ser paulatinamente conquistada” (Carvalho, 1997 citado por Mendes & Capellini, 2008).

É muito complicado todo o processo acadêmico do portador de deficiência visual, mas essa situação se agrava nos últimos anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, onde a turma está num período cheio de transformações e deixam de lado o respeito às diferenças. A “perseguição” a esses alunos quase sempre é justificada pelo “poder” que esse aluno tem sobre o corpo docente e o restante da turma não. É claro que tal “poder” não passa de atenção que o portador de deficiência visual precisa sim para estudar, e essa atenção poderia muito bem ser dada até mesmo pelos colegas de sala, mas estes tendem a ver o aluno especial como um tipo de “praga” que só atrapalha as aulas. (SILVA, 2008).

Silva (2008) ainda continua em seu texto dizendo que os estudos relatam que alunos com necessidades educacionais se beneficiariam muito mais da escola inclusiva, no caso do Brasil, se houvessem programas de formação dos professores e implementação das adaptações de pequeno, médio e grande porte necessárias. Assim, o sistema político brasileiro ainda precisa tornar sua prática consistente com seu discurso legal.

As pressões da sociedade por uma educação efetivamente democrática são essenciais na implementação de políticas e práticas

de ensino que se traduzam na inclusão, na participação e na construção da cidadania. Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças sem exceção, sendo aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Esta certamente não é escola que temos hoje. (SILVA, 2008 p. 98).

Para Mendes & Capellini (2008) no âmbito interno da escola consideramos que algumas ações favoreceriam o sucesso da aprendizagem de todos os alunos. As ações que apresentam sucessos em sistemas inclusivos mostram que é imprescindível alterações em suas práticas passando desde diminuição do número de alunos por classe, aprendizado cooperativo, elaboração de projeto pedagógico, plano individual de ensino, melhoria da formação profissional, valorização do magistério, apoios centrados na classe comum e não via suplementação, com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e conscientização/sensibilização. Esta é a escola ideal. Sem nos referir ao contato imediato de professor e aluno cego tem dentro de uma visão sobre os comandos do saber. O professor enquanto professor vidente está no lugar, aparentemente natural, de um saber: Ele sabe aquilo que os cegos podem ou não podem saber ou fazer. Os alunos também estão submetidos a mesma lógica do seu imaginário, ou seja ter o saber da professora que tudo sabe e pode. Esta é a lógica da prática pedagógica.

Autores como Sailor, Gee e Karasoft (1993) e Thompson, Wickham, Wegner e Ault (1996) citados por Mendes & Capellini (2008) enfatizam que a inclusão pode ser realizada mediante o apoio da família, iniciando precocemente e colocando os suportes possíveis centrados na sala de aula comum. Pois “vários modelos de arranjos entre professor da sala comum e o professor especialista estão mostrando resultados expressivos.”

Beaupré (1997) também citado por Mendes & Capellini (2008) aponta a importância de se enfatizar a evolução pedagógica dos alunos integrados. Nesse sentido, torna-se um objetivo imprescindível no processo de inclusão escolar favorecer a aprendizagem acadêmica.

II OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Oportunizar reflexões e caminhos possíveis para a qualificação prática e teórica da inclusão do deficiente visual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover o conhecimento da legislação ao corpo docente conscientizando-os sobre a legalidade da inclusão dos alunos deficiente visuais;
- Discutir sobre a necessidade de se estimular o desenvolvimento do aluno cego e de baixa visão no Ensino Regular;
- Descrever características da cegueira e da baixa visão, conceitos e classificações correntes;
- Analisar criticamente os desafios no processo de ensino aprendizagem, em relação a alunos com deficiência visual.

III- METODOLOGIA

3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia

Para efetivação deste trabalho, em um primeiro momento optamos pela pesquisa bibliográfica qualitativa com abordagem descritiva.

Branco e Valsiner, 1997,1999; Gonzalez-Rey, 1997, 1999 diz que de acordo com esses novos paradigmas, a investigação qualitativa possui um caráter essencialmente teórico. Portanto estarei em diálogo constante com autores de periódicos e estudiosos diversos que seguem “diferentes zonas de sentidos em seu desenvolvimento sobre a realidade estudada”. (Maciel, 2010 p. 13)

Atendendo a um dos objetivos específicos da pesquisa foi efetivado em um segundo momento como instrumento de pesquisa uma entrevista para análise de dados, feita com professores de uma escola inclusiva em Ipatinga. Segundo Maciel (2010 p. 17) a investigação qualitativa é um diálogo permanente em que as opiniões, cosmovisões, emoções, enfim a subjetividade do sujeito estudado passa a ser elemento relevante para o curso do processo, que é impossível de predizer nos momentos iniciais. (...) é simultaneamente um processo de produção de idéias no qual toda nova informação adquire sentido para a investigação.

3.2- Contexto da Pesquisa

O elemento participativo desta pesquisa foi os professores de educação para cegos A1,A2, A3, A4, A5, e os professores A6, A7, A8 da escola Renascer de educação regular da cidade de Ipatinga. O material utilizado foi um questionário aplicado sendo logo a seguir apresentado para análise. Como categoria e análise foi feito um breve paralelo sobre a possibilidade real de inclusão real dos alunos com deficiência visual no ensino regular.

A escola Renascer, atende alunos do ensino regular em 8 salas. Turno Matutino e turno vespertino além do noturno onde são atendidos educação de jovens e adultos. Além da sala dos professores, secretaria, uma sala de vídeo, uma biblioteca, uma cantina uma quadra e banheiros, existe ainda na escola mais 4 salas para atendimento de alunos cegos e baixa visão, que funcionam em horário regular.

As salas são de Braille, Estimulação Sensorial e Informática/Educação Infantil. Além de atender jovens e adultos cegos no noturno. O quadro de funcionários perfaz um total de 42 pessoas, sendo 5 professores e 1 coordenador das turmas de alunos cegos perfazendo um total de 50 alunos nos turnos matutino e vespertino, no turno da noite atende 15 alunos adultos. O restante dos funcionários são do ensino regular.

3.3- Participantes

O elemento participativo desta pesquisa teve como foco os professores que trabalham com os alunos cegos da escola Renascer, sendo 2 (dois) professores de Braille, 1 (um) professores de Sorobã, 1 (um) professor de informática, 1 (um) professor de educação física. As turmas dos professores A6, A7, são do turno matutino ensino regular 2º ano e a professora A8 é do turno vespertino com alunos do 3º ano do ensino regular.

Todos são graduados em Pedagogia e Educação Física. A entrevista foi feita com professores do turno matutino que são os mesmos do turno vespertino (A1,A2, A3, A4, A5), com os professores (A6, A7, A8). Com os professores da noite não foi possível entrar em contato, portanto eles não foram entrevistados.

3.4 – Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais para concretização do trabalho:

Lápis

Caneta

Papel A4

3.5- Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização deste trabalho foi utilizado como instrumento um questionário, com questões objetivas e subjetivas. O instrumento foi respondido pelos 8 professores (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8) da escola Renascer. As primeiras 10 questões do questionário permitiram coletar informações do trabalho

desenvolvido em sala, sendo todas as questões sobre o tema de estudo.

Situação dos Professores na Escola

PROFs	ESCOLA	DISCIP.	TURMA QUE LECIONA	Nº DE ALUNOS NA TURMA	ALUNOS CEGOS/ BAIXA VISÃO	IDADE ALUNO
A1	Renascer	Informática	1º ao 5º ano	1 turma de 13 alunos e 3 turmas de 10 alunos	6 alunos com baixa visão 37 alunos cegos	07 a 12 anos
A2	Renascer	Braille	1º ano	5	3 cegos e 2 baixa visão	07
A3	Renascer	Sorobã	1º ao 5º ano	22	Cegos	07 a 12 anos
A4	Renascer	Braille	1º ao 5º ano	21	Cegos	07 a 12 anos
A5	Renascer	Educação Física	1º ao 5º anos	1 turma de 13 alunos e 3 turmas de 10 alunos	Cegos	07 a 12 anos
A6	Renascer	Regente	2º Ano	25	23 alunos visão normal	07 anos
A7	Renascer	Regente	2º Ano	25	1 alunos Baixa visão 24 alunos visão	07 anos

					normal	
A8	Renascer	Regente	3º Ano	25	2 alunos Baixa visão 23 alunos visão normal	08 anos

Quadro 1: Situação dos Professores na Escola
Fonte: Dados da pesquisadora

3.6- Procedimentos de Construção de Dados

Pelo fato de trabalhar em um Centro de Atendimento Multidisciplinar, que atende crianças com patologias e dificuldades acentuadas de aprendizagem não recebemos crianças cegas para o atendimento, mesmo porque, para estas crianças existe um projeto específico para serem atendidas em outra escola. Minha curiosidade foi aguçada a partir daí. Sempre muito envolvida com os meus educandos, os alunos cegos são alunos que não haviam tido a oportunidade de trabalhar e até mesmo a curiosidade de saber como se trabalha. Sabia do local, porém ainda não tinha tido a oportunidade de assistir a alguma aula, estar presente para ver como tudo funcionava. Já sabia da existência do Braille, do Sorobã, mas havia certas particularidades que me intrigavam. Com este curso pude ler mais a respeito e tive a oportunidade de mudar para o bairro. O primeiro passo foi entrar em contato com a escola através da direção. Fui muito bem recebida e ao explicar o motivo de minha visita fui prontamente aceita. Os professores me receberam bem e se colocaram a disposição para qualquer eventualidade. Foi explicado o motivo de minha presença e se prontificaram a responder o questionário. Neste dia foi também apresentado a mesma o termo de consentimento.

3.7- Procedimentos de Análise de Dados

As respostas dos questionários foram analisadas a partir do diálogo com autores que tratam sobre o tema, além de respeitar em sua integridade as falas dos pesquisados. As respostas das questões do questionário foram analisadas de forma

discursiva, e quando necessário foram elaborados quadros para melhor entendimento das respostas.

Pretende-se durante todo este trabalho resguardar os direitos dos professores participantes da pesquisa mantendo-se o sigilo e anonimato. Garantir a escola pesquisada o acesso aos resultados da pesquisa para o uso posterior na melhoria da alfabetização de qualquer aluno com necessidades especiais. Portanto, essa pesquisa visa à construção do conhecimento baseada nas idéias metodológicas do enfoque sociocultural construtivista tendo em vista que a pesquisadora mediada pela respostas dos pesquisados se torna co-participante dos resultados.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo será considerado o resultado do questionário aplicado na escola Renascer. Responderam a este instrumento 05 professores que trabalham com alunos cegos e 3 professores do ensino regular. As primeiras questões do instrumento de pesquisa serviram para caracterizar os participantes da pesquisa e as demais questões tratam do tema em estudo e foram analisadas conforme o nível de semelhança entre elas. As questões buscaram identificar principalmente a percepção deles sobre a inclusão de crianças com deficiência visual no ensino regular. Os pontos positivos e negativos da inclusão, as metodologias e estratégias utilizadas por eles na alfabetização dos alunos com cegueira, os aspectos facilitadores e dificultadores no seu cotidiano escolar.

4.1 Análise do questionário

Inicialmente buscou-se entender a formação destes profissionais, mesmo porque lidam com crianças especiais e a necessidade de aprofundamento e capacitação é muito grande. Neste sentido para a pergunta de número 1 (um) percebeu-se que todas são graduadas em pedagogia e pós graduadas em psicopedagogia, e 01 (um) professor tem pós graduação em neuropsicologia, tendo também professores com cursos de educação infantil.

Campos (2005) diz que a

O conjunto dos saberes são constitutivo da base do conhecimento que se designa por saberes docentes. A ação docente caracteriza-se por uma prática comunicativa. Os conteúdos ensinados são transmitidos pela mobilização de saberes, pelo qual os professores refletem um saber científico, (...) o professor dialoga com os alunos num clima de reciprocidade, em torno do processo de ensinar e aprender. (...) a transposição didática é a transformação dos conteúdos científicos em conteúdos curriculares, adaptando-os em objetos de ensino, considerando o nível cognitivo dos educandos e a escola. (CAMPOS, 2005 p. 38-39)

Este autor diz que a prática é assimilada com o conteúdo e o professor se faz professor, com a prática, sendo necessário antes possuir o conhecimento

através do conteúdo para transformação do dia a dia tanto do professor quanto do aluno.

Para a pergunta de número 2 (dois) qual o perfil da sua turma, e pergunta de número 3 (três); ver quadro 02, por serem perguntas complementares foram respondidas e analisadas em um mesmo parágrafo. Foi respondido que atende alguma criança com outra deficiência. A professora (A6) disse que tem uma aluna com Lesão cerebral leve, uma aluna com síndrome de down, um aluno com mutismo seletivo, mas não possui alunos cegos, nem alunos com baixa visão.

Na turma da professora A8 existe um aluno com Síndrome de Down e um aluno com baixa visão.

Com a professora A4 tem alunos com baixa e visão e cegos.

E na professora A7 tem dois alunos com baixa visão e o restante com visão normal, o restantes das professoras atendem crianças cegas. Ficando distribuídos assim:

Professores/Atendimento

Professor	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8
	Cegos	Cegos	Cegos	Baixa Visão/Cegos	Cegos	Lesão Cerebral Leve /alunos com dificult. Comportamental Mutismo seletivo e síndrome de down	Baixa Visão	1 aluno Síndrome de Down e 1 aluna c/ Baixa Visão

Quadro 02: Atendimento dos professores
Fonte: Dados da pesquisadora

Kelman (2010) diz que,

Todo agrupamento humano é formado por pessoas que apresentam diferenças entre si. (...) a sensibilidade à diversidade humana acarreta em inclusão social. Sua negação, traduzida pela orientação de que todos devem ser iguais, termina por promover a exclusão social. (KELMAN, 2010 p. 24)

As turmas pesquisadas não apresentam modelos de exclusão pela diversidade apresentada na presença de crianças cegas, não cegas e com necessidades especiais.

Na pergunta de numero 4 (quatro), se estabelecem uma rotina nas atividades, todos os 8 professores entrevistados responderam que estabelecem uma

rotina no início do trabalho para memorização das atividades e recordação das atividades anteriores. São nas rodinhas iniciais que alguns professores ficam sabendo dos conflitos em família, os conflitos com eles mesmos e colegas.

Para a pergunta de número 5 (cinco) foi perguntado sobre o amparo legal para a existência de um monitor. Em todas as salas os professores sabem do amparo legal existente com relação a ter um monitor em sala porém não existe este monitor. O trabalho é desenvolvido de acordo com o que pode ser feito com as turmas, porque na falta de um monitor fica realmente impossível fazer um trabalho diferenciado.

Uma das dificuldades encontrada pelos professores é em relação a locomoção destas crianças porque boa parte delas tem resistência em usar uma bengala de locomoção. Pergunta de número 6 (seis). Fica difícil as vezes ter que acompanhar uma criança ao banheiro, e se ela usar a bengala é muito diferente. Ela iria sozinha. O trabalho de conscientização tem que ser feito todos os dias.

Com relação a locomoção Rossi (1996) diz que:

os padrões de marcha de uma criança cega congênita são similares aos padrões das crianças videntes quando começam a andar, ocorrendo ampla base de apoio, passos curtos e posicionamento dos membros inferiores com rotação externa de quadris. Uma teoria que explica a permanência de um padrão de marcha mais imaturo nas crianças cegas justifica que esse padrão permanece para fornecer uma base mais estável para o equilíbrio. Com isso, as crianças poderiam reagir com mais efetividade para corrigir a posição frente situações inesperadas que as ameacem. (ROSSI, 1996 p. 40)

Na pergunta de número 7 (sete) foi perguntado se o professor tem dificuldades em lidar com estas crianças e observa-se que o professor A6 tem dificuldades, pois os mesmos apresentam dificuldades específicas e há necessidade de se fazer um acompanhamento mais específico. O professor A8 disse que uma das dificuldades que encontra é oferecer assistência individual na sala de aula, além de acompanhar ao banheiro, merenda, etc. Já o professor A7 disse que o professor responsável para este tipo de atividades é o educador físico.

Com relação a pergunta de número 8, se percebe mudança de comportamento na turma com certeza uma das mudanças percebidas foi a melhora da auto estima em todas as turmas, há também um clima de solidariedade no ar, pois todos querem ajudar.

O quadro a seguir apresenta a prática dos professores com relação ao seu aluno, as estratégias metodológicas, os recursos materiais, e a avaliação. Pergunta de número 9 (nove).

Prática dos professores

	Seus alunos	Estratégias Metodológicas	Recursos materiais	Avaliação
A1	São bençãos	Todas elas são importantes é preciso saber como e quando usa-lá.	São limitados, é preciso improvisar muitas vezes.	Mensurar é necessário, mas a qualitativa e extremamente significativa.
A2	São alunos agitados apesar de cegos, ansiosos.	São diversas por serem agitados, a todo momento é necessário um estímulo diferente.	São escassos, utilizamos muita sucata.	A quantitativa se faz presente devido o sistema cobrar, mas a diferença percebe-se é na qualitativa. Esta é feita todos os dias.
A3	São alunos cegos e muito calmos, são maiores com idade entre 10 e 11 anos.	É complicado dizer qual a metodologia pois, minhas aulas são de acordo com as respostas que me dão. Posso dizer que utilizo analítico/sintético, porque ao final eles estão presentes nas aulas.	Alguns materiais eu fui adquirindo aos poucos como os jogos de estimulação. Utilizo algumas sucatas como jornal, revistas, pentes de ovos, etc. Mas cada um tem o seu material. De maneira geral os materiais são escassos.	Constante e processual. Eles tem avaliações normais, em Braille e sorobã.

A4	São sem dúvida especiais	Método analítico para o sintético	Muito carinho e conversa séria quando necessário	Acho difícil “avaliar” crianças cegas, pois creio que todas as respostas que me são dadas devo levar em consideração. Eles fazem as provas normais de Braille e sorobã e as outras atividades sempre avalio no dia a dia tudo o que fazem.
A5	Cegos	Não utilizo um único método.	Trabalho muito com jornais, revistas, jogos sensitivos. O material é um pouco escasso diante da quantidade existente no mercado. Mas cada um tem o seu material didático necessário.	Avaliação é constante pois cada resposta por menor que ela seja é muito importante para o andamento das atividades e a concretização do aprendizado.
A6	Alunos com dificuldades de comportamento e um aluno com lesão cerebral leve, um aluno com mutismo seletivo	Muito carinho e conversa “séria” quando necessário. Todos os métodos são importantes é preciso saber como e quando utilizá-los. Analítico/sintético. A professora de	Alguns materiais especiais foram adquiridos pela escola, mas em número reduzido. Então utilizo alguns adaptados por mim para facilitar algumas	Minha avaliação é constante, pois tenho que mudar de atividades a todo o momento. Eles gostam de desafios.

		Educação Física tem me auxiliado muito com as crianças.	aulas. Como alguns alunos são muito agitados logo quebram tudo.	
A7	Alunos de baixa visão, tranqüilos, mas já foram agitados até utilizar os materiais adequados. Tem muita dificuldades com palavras complexas e assimilação dos conceitos matemáticos	Método analítico/sintético não poderia deixar de citá-los mas trabalho muito com as vivências das crianças. Produção de textos, ditado de palavras, abordagem fônica.	Papel, lápis, cartolina, data show, computador, lupas, livros em alto relevo, etc.	São periódicas levando em consideração o tempo do aluno.
A8	São alunos que necessitam de atividades diferenciadas e de muita assistência individual.	Tento ajustar ao planejamento o uso de material concreto, dando ênfase a ludicidade. Trabalho muito esquema corporal com síndrome de down.	Muito escasso. Sendo difícil trabalhar o que é necessário e desejado.	A avaliação é realizada a todo instante, ressaltando o desenvolvimento de cada educando e o que é necessário de ser trabalhado para alcançar mais resultados.

Quadro 03: Prática dos professores

Fonte: Dados da pesquisadora

Quanto a prática do professor ela será diferente a medida que conhecer seu aluno para direcionar o trabalho, esta é uma das prioridades no dia a dia de qualquer professor. Para um professor de alunos cegos ou de baixa visão não é diferente. Saliba (1996) diz que

adicionalmente, é de suma importância conhecer e avaliar as experiências da criança no dia a dia tanto no consultório quanto no seu ambiente e correlacionar as funções visuais com o desenvolvimento global. Somente assim será possível proporcionar condições de interesse e motivação para que cada profissional possa, dentro de sua prática específica, adequar sua conduta às necessidades reais da criança. (SALIBA, 1996 p. 48)

A pergunta de número 10 fecha o questionário com as expectativas dos professores pesquisados com relação às ações em defesa da educação inclusiva.

Dos 8 professores pesquisados todos concordam (A1, A3, A4, A5 e A8) concordam com a inclusão desde que a escola esteja adaptada e tenha profissionais capacitados para dar suporte e acompanhar aos alunos e aos professores, porém consideram ser um desafio enorme para o nosso sistema educacional. Acima de tudo porque a conquista do respeito aos direitos das pessoas com deficiências na escola regular é uma questão normatizada. Achem excelente porque a inclusão permite a troca de experiência dos alunos x alunos, professor x aluno, professor x professor e conseqüentemente melhor aprendizado, melhora a auto estima das crianças, contribuindo assim com a aprendizagem, porém é necessário oferecer infraestrutura, material e profissionais adequados.

O professor A7 ainda acrescentou que obtivemos muitas conquistas ao longo de nossa trajetória, porém precisamos nos organizar para conseguir mais recursos materiais e para que a população seja mais conscientizada sobre a deficiência na sociedade.

Outro ponto citado entre todos está relacionado a capacitação dos profissionais, estes devem se preparar para pelo menos receber esta criança, tem professor que nem isto sabe fazer, pelo medo do desafio, o medo de não dar conta e não saber fazer, não ter apoio, não são seguros em suas ações. O professor A8 disse que as ações devem ser realmente inclusiva, com apoio necessário para se desenvolver um bom trabalho.

Um professor (A6) disse que apesar de todos os movimentos pela educação inclusiva já existir há algum tempo ainda encontramos poucas escolas, levando em consideração a quantidade que existe, onde alunos com deficiência estão matriculados. Este professor ainda acrescentou que é necessário fazer muita coisa.

No grupo pesquisado, o professor A6 disse que acha necessário que a criança com necessidades educativas especiais sejam inseridos em todas as esferas sociais, principalmente nas instituições escolares. Mas da maneira como

está sendo feita a inclusão é uma “utopia” e chega a ser desumano, pois ambos necessitam de apoio, tanto professor quanto aluno, e orientação multidisciplinar (psicólogo, psiquiatra, fonoaudiólogo, etc). O que vemos atualmente, deixa a desejar. 02 dos professores relatam que a estrutura das escolas não tem condições técnicas para atender todas as inclusões, com isso a inclusão não acontece de maneira satisfatória para atender todo o desenvolvimento da criança.

Kelman (2010 p.50) faz menção dos caminhos do processo de inclusão de todo deficiente. É um processo longo que avançou e tem muito a avançar. Segundo a autora “para que os valores do respeito à diferença possam ocorrer, é necessário formar crianças que desde pequenas aprendam e aceitem padrões de comportamento diferentes dos seus”.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal oportunizar reflexões e caminhos possíveis para a qualificação prática e teórica da inclusão do deficiente visual. Observa-se que mesmo por poucos dias foi possível refletir sobre os caminhos da inclusão porque nos dias em que foi respondido o questionário surgiram questionamentos, algumas dúvidas que vinham preocupando alguns professores e questionamentos. A escola Renascer é realmente uma escola inclusiva por ter em seu quadro discente alunos com várias deficiências, sua clientela é de alunos cegos, alunos com síndrome e alunos com necessidades leves de locomoção e por isto não sentem a dor da exclusão. Com isto os professores acostumaram, pois o convívio é muito normal com todos. Mas foi possível observar uma troca de idéias, uma busca de novas formas de vivenciar o ensino e a aprendizagem das crianças e dos professores e várias estratégias foram delineadas para alcançar os objetivos da inclusão na comunidade e outras escolas.

Quanto a legislação nem foi necessário uma divulgação entre eles pois as leis de amparo ficam em uma pasta exposta na secretaria e na sala dos professores. Achei isto interessante e diferente, pois não conhecia tal atitude em outras escolas. Sempre que necessário buscam ajuda nesta pasta.

Percebe-se que o sistema Braille é conhecido pelos professores dos cegos que trabalham alfabetização. O restante dos professores não fizeram o curso ainda, e um dos motivos disto não acontecer é não terem interesse em trabalhar especificamente com o cego na sala de aula, pois as salas que atendem os alunos cegos fazem um trabalho bastante diferenciado dos professores que trabalham com ensino regular. Vê-se que devido a inserção ocorrer dentro da escola, e não em uma sala, a princípio não houve necessidade de todos os professores da escola aprenderem o sistema Braille. Mas o tempo tem cobrado isto de outros professores, pois os próprios alunos cegos tem divulgado a necessidade de se aprender o Braille. Porém percebe-se, no entanto que ainda existe um medo por parte de alguns profissionais em dedicar-se a essas crianças, medo do diferente, medo por não conhecer a dinâmica adequada à sua especificidade. Isto impede um fluir de capacidades adequadas. É compreensivo porque falta capacitação, apoio da equipe

pedagógica e falta trabalho interdisciplinar. Esses fatores são primordiais para credenciamento do professor no trabalho com as crianças cegas e especiais.

Interessante ressaltar que a inclusão de crianças cegas contribuíram muito para as mudanças no contexto da escola, pois antes não atendiam esta especificidade, como constatado pelos professores ao afirmar sobre a elevação da auto estima e atitudes de solidariedade, além de fortificar o olhar dos profissionais com relação a vida e muda completamente as perspectivas acerca da qualidade de ensino para todos os envolvidos no processo de inclusão. Sendo assim é possível incluir crianças cegas em escolas de ensino regular.

Foi possível discutir sobre a necessidade de se estimular o desenvolvimento do aluno cego e de baixa visão no Ensino Regular quando em discussão das metodologias e avaliações, pois há necessidade de se buscar alternativas e novos desafios a cada aula. Os professores querem oportunidades para experimentar novos métodos, partilhar idéias, e observar outros professores a utilizar métodos diferentes isto faz com que o aluno se sinta motivado, estimulado a novas aprendizagens.

Quanto aos desafios, erigir o arcabouço da escola inclusiva não constitui ação fácil, mas acredito que seja necessário uma opção clara e objetiva pela escola democrática. Foi e estão sendo necessárias transformações, decisões de mudanças interior em cada um dos agentes deste processo: pais, educadores, educandos, todos os membros da comunidade escolar. Torna-se fundamental a crença de que todos são educáveis no exercício do seu direito de aprender. É importante identificar os valores e conceitos da exclusão que estão em cada um de nós e decidir mudá-los, e, principalmente, é necessário construir uma atmosfera de respeito às diversidades, de participação global no processo decisório e na execução das ações.

O assunto não encerra com o término deste trabalho, o processo histórico de mudanças e quebra de paradigmas mal começou. Há uma necessidade intrínseca em dar continuidade na busca de uma verdadeira inclusão e concretização da aprendizagem de nosso educandos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

BOMTEMPO, Eda. **A brincadeira de faz de conta: lugar do simbolismo, da representação, do imaginário.** In. T.M. Kishimoto (org) Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez. 1996

BRASIL. Lei 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** . Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL. Parecer n 17, **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: Conselho Nacional de Educação.2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial:** livro 1. Brasília: SEESP, 1994.

Brasil. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de Educação Especial:** área de deficiência visual. Brasília: SEESP, 1995.

BARRAGA, N.C. **Necessidades de aprendizagem de crianças com incapacidade visual**”, Córdoba . ICVEH. Nº 46. Córdoba (Argentina): 1986

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **“Os saberes docentes e a prática pedagógica”.** In: Temas em Educação IV. Jornadas 2005. Pinhais: Paraná. Editora Futuros Congressos e Eventos Ltda. 2005

CONDE, Antônio João Menescal. In **Deficiência.** Disponível na Internet em: [HTTP://www.es-sao-joao-estoril.com/alunoscegos/ficheiroshtml/deficiencia.htm](http://www.es-sao-joao-estoril.com/alunoscegos/ficheiroshtml/deficiencia.htm). Acesso em 07 de fevereiro de 2010.

KELMAN, Celeste Azulay. **Sociedade, educação e cultura.** MACIEL, Diva Albuquerque In: KELMAN, Celeste Azulay [et al.]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília – DF, 2010. P. 11-53.

MACIEL, Diva Albuquerque & RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. Metodologia e Construção do Conhecimento: Contribuições para o estudo da inclusão. In: KELMAN, Celeste Azulay [et al.]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília – DF, 2010. P. 73-102.

MENDES, Enicéia Gonçalves & CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. In: **Alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico.** http://www.educacaoonline.pro.br/art_alunos_cnee.asp?f_id_artigo=438. Acesso em 01 de fevereiro de 2010.

MITTLER, Peter. In: **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** Ed. Artmed. Porto Alegre. 2003

ROSSI, Luciana Drummond de F. Rossi & COSTA, Luiz Edmundo. **Atendimento Fisioterapêutico à Criança com baixa visão**. Núcleo de Atendimento ao Deficiente Visual.

SÁ, Elizabet Dias de. **Abrindo os olhos dos educadores para inclusão escolar dos alunos com deficiência visual**. Site: <http://www.lerparaver.com/179.2005> Acesso em 07/02/2010.

SILVA, Graziela Santos Fernandes da. In: **Deficiência: a inclusão do cego nas classes comuns**. Site: <http://www.educacaoonline.pro.br/art>. Deficiência a Inclusão do cego. Acesso 02/02/2010.

SILVA, Marilda Balerine. In.: **A criança Especial e a Escola**. Disponível na internet em <http://www.planetaeducacao.com.br/novo/artigo.asp?artigo=803>. Acesso em 03 de fevereiro de 2010.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética**. 2ª ed. São Paulo. Abril Cultural, 1989. 294 p.

_____. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1975. 65 p.
PIAGET, Jean & INHELDER B. **Psicologia da criança**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1989.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Coleção Psicologia e Pedagogia. São Paulo. Martins Fontes, 1987

APÊNDICES

A – Questionário para os Professores

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é “A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO REGULAR” e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

1 – Qual a sua formação e quanto tempo trabalha com educação especial?

2 - Qual o perfil de seus alunos?

3 – Algum aluno apresenta outra deficiência em sua sala de aula?

4 - Você estabelece ou estabeleceu no início uma rotina para o seu trabalho? Segue algum planejamento?

5 – Tem algum monitor que acompanha este aluno em sala de aula?

6- O aluno cego que existe na escola usa bengala para locomoção?

7 – Tem dificuldades para lidar com estes alunos? Quais?

8 – Você percebe alguma mudança em sua turma depois que este aluno passou a fazer parte dela?

9 - De acordo com sua prática descreva sobre:

Seus alunos:

As estratégias metodológicas:

Os recursos materiais:

A avaliação:

10 - Quais suas expectativas sobre as ações em defesa da educação inclusiva?

Obrigada pela sua colaboração!



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento
Humano e Saúde PG-PDS Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



ANEXOS

A(o) Diretor(a)

De: Prof^a. Dr^a. **Diva Albuquerque Maciel** (Coordenadora Geral do Curso)

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual 2 (duas) dentre as 20 (vinte) turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do Estado de MG (Pólo UAB-UnB - Ipatinga). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista, observação e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores / servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva. O trabalho será realizado pela Professora cursista _____ sob orientação da Professora Mestre _____, cujo tema é: _____ para que possa ser desenvolvido na escola.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos por meio do e-mail: _____ (_____, Orientadora) ou divamaciel52@gmail.com (Prof^a. Doutora Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel,)

Atenciosamente **Diva Albuquerque Maciel – Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto:

Pesquisador Responsável:

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar):

Pesquisador participante: _____

Telefones para contato: _____

- ◆ Descrever os benefícios decorrentes da participação na pesquisa
- ◆ Explicar procedimentos, intervenções, tratamentos, métodos alternativos (atualmente em vigor)
- ◆ Esclarecimento do período de participação, término, garantia de sigilo, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Em caso de pesquisa onde o sujeito está sob qualquer forma de tratamento, assistência, cuidado, ou acompanhamento, apresentar a garantia expressa de liberdade de retirar o consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento/ tratamento usual
- ◆ **Nome e Assinatura do pesquisador** _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____ TEL(031) _____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____ como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador(a) _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data _____ / _____ / _____ / _____

Nome: _____ **Assinatura do sujeito ou responsável:**
